

I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial

Realização: FCRB · UFF/PPGCOM · UFF/LIHED

8 a 11 de novembro de 2004 · Casa de Rui Barbosa — Rio de Janeiro — Brasil

O texto apresentado no Seminário e aqui disponibilizado tem os direitos reservados. Seu uso está regido pela legislação de direitos autorais vigente no Brasil. Não pode ser reproduzido sem prévia autorização do autor.

Tipografias e espaço público na Província de Minas Gerais (1828-1842)

Luciano da Silva Moreira

Senhores Redatores. Quanto nos distinguistes, e animastes com a troca dos nossos jornais é um motivo sobejo para nosso júbilo, e reconhecimento, vossas doutrinas muito contribuirão para nossa Ilustração, e progresso na carreira que temerariamente incitamos. Agradecemos vossos obséquios, em nome da Pátria vos pedimos que continueis com o mesmo fervor a defender seus direitos, a pugnar pela liberdade único bem que devemos ambicionar, e pela qual são poucos todos os sacrifícios.¹

A *Estrella Marianense* assim se despedia de seu público. Ela deixou o palco no momento mais revoltoso de nossa história. Em seu discurso de encerramento, o redator nos apresenta os motivos que o levaram a entrar na cena política: “defender seus direitos” e “pugnar pela liberdade”. No tempo das Regências essa parecia ser a palavra de ordem.

Como nos ensina Ilmar Rohloff de Mattos, os anos iniciais das Regências foram vividos intensamente pelas pessoas que habitavam o Império do Brasil². As idéias de liberdade tomaram todos os espaços. Francisco de Paula Ferreira de Resende, nas suas memórias, resumiu o clima tempestuoso que tomou os anos que se seguiram à Abdicação do primeiro imperador do Brasil: “Nesse tempo, o Brasil vivia, por assim dizer, muito mais na praça pública do que mesmo no lar doméstico”³. Na praça pública as hierarquias encontravam-se fragilizadas, e o direito à fala, conseqüentemente da ação política, foi aberto a todos, dando caráter de efervescência política àqueles anos. Os periódicos foram fundamentais nesse processo. Em meio a um arrebatador debate, indivíduos diversos tomaram a palavra impressa para expor suas opiniões. A imprensa assumiu os contornos de espaço político. Ambiente onde foram construídas, veiculadas e discutidas as representações de

¹ ESTRELLA MARIANENSE, Mariana (MG), 14 NOV 1832.

² MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999.

³ RESENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987, p. 67.

liberdade que, naquele tempo, “os povos, especialmente os mais plebeus, entraram a amar demasiadamente”⁴.

O discurso da *Estrella* ainda conserva conteúdos outros. Ao “animastes com a troca” dos jornais, os redatores da Província de Minas Gerais promoveram um intercâmbio em torno das “doutrinas” que partilhavam. Devemos lembrar que, conforme Claude Lefort, durante o processo de relação entre os homens, através da troca de falas, o poder se constitui⁵. De fato, o periódico revestiu-se de poder. Foi, com efeito, uma “troca de falas” que se verificou entre os correspondentes da *Estrella Mariannense*. Sintoma de elemento primordial no mundo da política, os periódicos construíram um ambiente aberto à discussão pública. Nesse sentido, o redator da *Estrella* buscou seu lugar: o espaço público.

A formação de um espaço público por meio dos periódicos é o mote desta comunicação. Apresentaremos o processo de construção de um ambiente aberto e, no limite, democrático. Por meio do cotidiano das tipografias criadas na Província de Minas Gerais, evidenciaremos a constituição de um ambiente constituído para a manifestação da ação humana. Aprendemos com Hannah Arendt que a liberdade “necessita da companhia de outros homens que [estão] no mesmo estado, e também de um espaço público comum para encontrá-los”⁶. É por meio da constituição de um espaço politicamente organizado que o debate ocorre. As trocas entre periódicos são, para nós, a manifestação de uma esfera de difusão e debate do ideário político.

Na presente comunicação, trataremos das tipografias que surgiram na Província de Minas Gerais entre 1828 e 1842 e sua inserção nos debates políticos. Se aceitarmos os dados de José Pedro Xavier da Veiga⁷ como representativos do lançamento de jornais na Província, perceberemos que esse momento assistiu ao aparecimento do maior número de periódicos até então. Foram, conforme o historiador, cerca de 69 títulos lançados entre 1828 e 1834. Em sua maioria, folhas que duraram apenas um ano. Eram publicações de momento, característica do pasquim⁸, que buscavam fomentar as polêmicas da época. No entanto, os dados de Xavier da Veiga são significativos para compreendermos a ação dos impressos na vida política daquele interstício. A quantidade citada nos aponta para a formação de um espaço público, ou, pelo menos, da intenção em formar um local de debates. Essas discussões ocorriam,

⁴ Representação à Junta do Governo Provisório da Província de Minas Gerais enviada pelos Capitães de Ordenanças – APM/JGP¹ 7 Cx. 04 Doc. 20 de 04/02/1823.

⁵ LEFORT, Claude. *Pensando o político*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 69.

⁶ ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 4. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997, p. 194.

⁷ VEIGA, José Pedro Xavier da. *A Imprensa em Minas Geraes (1807-1897)*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1898.

principalmente, com a leitura do periódico. Mostraremos, na medida do possível, a leitura dos impressos em seus locais, formas e gestos. Por meio das relações entre autores, editores e leitores, visualizaremos a constituição de um espaço propício ao debate público. Acreditamos que as práticas relativas ao impresso, da redação até a leitura, permitem-nos identificar elementos constitutivos de uma esfera pública de poder na Província de Minas Gerais.

As fontes sobre as tipografias em Minas são raras. Há uma forte inadequação delas. Não encontramos, até o momento, nenhum arquivo ou fundo relativo às tipografias em seus primórdios. Entretanto, é possível encontrar pistas sobre o cotidiano dessas empresas. A documentação da Presidência da Província de Minas Gerais, sob a guarda do Arquivo Público Mineiro (APM), apresenta-nos rastros sobre as oficinas tipográficas. Por intermédio das correspondências entre a Presidência e os proprietários das tipografias, cujo conteúdo perpassa interesses políticos, custos e cobrança de serviços, podemos encontrar dados sobre os usos do impresso em Minas Gerais. A documentação das Câmaras Municipais, conservada no mesmo Arquivo, permite-nos fazer apreciação semelhante. Mais ainda, pois, em conformidade com o artigo 303 do Código Criminal de 1830, as tipografias deveriam ser registradas na própria Câmara, em código específico. Encontramos um desses códigos no fundo Câmara Municipal de Ouro Preto (CMOP). Esse encadernado informa-nos a quantidade de oficinas existentes na capital da Província, suas localizações, os proprietários e impressores, além de algumas questões envolvendo os donos. Os próprios periódicos podem oferecer-nos dados sobre seu cotidiano por meio dos avisos, anúncios e discursos referentes à subscrição, locais de venda, periodicidade e, sobretudo, à tendência política.

A questão da recepção dos periódicos pode ser tratada utilizando a mesma documentação. Contudo, a maior parte dos dados coletados sobre esse assunto são das séries relativas aos Juizes de Paz, Processos Criminais e Sedições (1833 e 1842) do fundo da Presidência da Província (PP). Espaço específico dos jornais, “Correspondências”, também pode ser usado nesse sentido. São cartas dos leitores impressas na própria folha a noticiar-nos os lugarejos do correspondente, o tempo de entrega dos periódicos, as formas da leitura e as apropriações dos discursos impressos. Viajantes, como Robert Walsh e Hermann Burmeister, fizeram relatos sobre as práticas de leitura no Brasil Imperial e, por isso, auxiliam-nos bastante. De posse desse aparato documental, iniciaremos nossa aventura no mundo dos impressos da Província de Minas Gerais.

⁸ SODRÈ, Nelson Werneck. “O Pasquim”. In: *História da Imprensa no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes: 1983, pp. 83-180.

Recorreremos, de início, à gênese da impressão mineira. Há uma origem quase mitológica da imprensa em Minas Gerais. Conta-se que a primeira obra impressa nas Alterosas é anterior ao advento da Impressão Régia, no Rio de Janeiro. De fato, há um volume datado de 1807, gravado em talhe doce, de autoria de Diogo Pereira de Vasconcelos. Constitui-se num panegírico dirigido ao então governador da Capitania de Minas Gerais, o Capitão-General Ataíde de Melo. O impressor foi o padre Viegas de Menezes, que imprimiu o poema construindo um tórculo de madeira, preparando, ele mesmo, a tinta e o restante necessário para o empreendimento⁹. Esse evento mostra-nos como foi rudimentar e artesanal o começo da imprensa mineira.

Passados vinte anos desde a primeira aventura impressa, a arte de imprimir ainda permanecia artesanal e rudimentar na Província de Minas Gerais. Entretanto, diferente daquele mundo da época da Capitania, a Província registrava outro uso para a prensa. Não era mais a louvação de um governo que dava o tom das oficinas; eram, aliás, a crítica e a disputa que ocupavam os impressores nos anos finais do Primeiro Reinado. O calor do momento impulsionou a criação de diversos prelos em pontos distantes de Minas. Trataremos, agora, das tipografias que, embora permanecessem artesanais e rudimentares, revelavam-se poderosas no debate político.

Um dos elementos que define uma tipografia artesanal é o número reduzido de pessoas trabalhando em seu interior. Uma única pessoa podia montar prelos e fundir tipos, além de redigir e imprimir seus jornais. Na história de Minas, há duas figuras exemplares que comprovam essa prática: Geraldo Pacheco de Melo e Manuel Sabino de Sampaio Lopes, ambos naturais da Comarca do Serro Frio. Geraldo Pacheco editou, no arraial de Itambé do Serro (atual Itambé do Mato Dentro - MG), o *Liberal do Serro* em 1831. Geraldo era ourives e mecânico e “pelos seus conhecimentos nessas artes concebeu e levou a efeito o fabrico e montagem de um prelo”¹⁰. Manuel Sabino era, também, ourives. Pelo mesmo procedimento, isto é, fundindo tipos e montando o prelo, editou, em 1828, o *Echo do Serro*¹¹.

Essas duas personagens são representativas do emprego da impressão artesanal. Outras tipografias, não tão decantadas, apontam-nos a mesma trajetória. As oficinas tipográficas em Minas, de maneira geral, não eram grandes empresas. O proprietário, por vezes, se revezava

⁹ FRIEIRO, Eduardo. *O Diabo na Livraria do Cônego*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1957, p. 217.

¹⁰ SENNA, Nelson Coelho de. “Traços Biográficos de Serranos Ilustres”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano X. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, pp. 167-210, 1905.

¹¹ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*. 4. ed. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Ed. Universidade de São Paulo, p. 287.

nos papéis de redator, compositor e impressor¹². Algumas possuíam funcionários para as funções principais. A maioria estava às voltas com problemas gerados pelo pequeno número de funcionários. O *Universal* de janeiro de 1842, por exemplo, não saiu nos dias do costume. No número do dia 6 de janeiro, o redator explicava: “por ter adoecido repentinamente um dos nossos compositores, não tem podido o *Universal* sair nos dias marcados; pedimos desculpas por esta falta, que temos procurado remediar chamando outro”¹³.

A quantidade reduzida de pessoas trabalhando nas oficinas tipográficas também impedia o aumento da periodicidade dos jornais. A maioria dos periódicos saía duas vezes por semana; alguns eram semanários. O *Universal* era um dos mais assíduos e freqüentes jornais de sua época. Animado com o rendimento de sua tipografia, José Pedro Dias de Carvalho, proprietário do *Universal*, aventurou-se em fazer de sua folha diária¹⁴. Durou quatro dias sua experiência. Alegando dificuldades em manter tal projeto, em 20 de fevereiro de 1836, O *Universal* voltava à sua periodicidade original¹⁵.

O caso dos tipógrafos serranos ainda é representativo de outro traço caracterizador da imprensa artesanal: a matéria-prima. Da mesma forma que o padre Viegas de Menezes, os mineiros do Império também montaram, com esforço próprio, suas prensas. Em 1823 vinha a lume o primeiro periódico de Minas, *O Compilador Mineiro*, impresso na “Officina Patrícia de Barbosa e Cia.”. Dessa mesma tipografia surgiram a *Abelha do Itaculumy* (1824) e *O Universal* (1825). No Prospecto da *Abelha*, o redator afirmava que os materiais de sua tipografia foram todos produzidos ali mesmo em Ouro Preto, “sem modelos e sem outra direção que o achado de alguns livros”¹⁶. O alto custo dos materiais tipográficos levou os naturais da província a procurarem meios de sobrepor suas dificuldades.

O inventário da *Tipografia do Universal* oferece-nos pistas sobre o interior de uma oficina tipográfica. Em meio às muitas caixas, encontra-se um “aparelho de fundir tipos”¹⁷. Esse instrumento servia, conforme o proprietário, “para composições ordinárias”. O aparelho era fundamental. Os custos para aquisição de tipos móveis, a maioria oriunda do Rio de Janeiro, impediam a reposição constante das peças desgastadas. Daí a necessidade em manter aquele “aparelho”.

As “composições ordinárias” a que se refere o proprietário constituíam boa parte dos rendimentos da *Tipografia do Universal*. Cartas, proclamações, ofícios, editais e convites

¹² SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

¹³ UNIVERSAL (O), Ouro Preto, 6 JAN 1842.

¹⁴ UNIVERSAL (O), Ouro Preto, 16 FEV 1836.

¹⁵ UNIVERSAL (O), Ouro Preto, 20 FEV 1836.

¹⁶ Apud. FRIEIRO, Eduardo. *O Diabo na Livraria do Cônego*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1957, p. 221.

tomavam seus três prelos. A Câmara Municipal de Ouro Preto, após 1823, adotou a prática de imprimir seus editos. Mais da metade dos editais arrolados na documentação da Câmara foi impressa pela *Tipografia do Universal*¹⁸. Também o Conselho Geral da Província, pois, pelos 500 exemplares das “felicitações que o Conselho Geral mandou imprimir”¹⁹, a *Tipografia do Universal* cobrou 20\$000 réis.

Esses pequenos impressos respondiam por parcela volumosa do trabalho no interior da oficina. Além da impressão de pequenas folhas, os tipógrafos também podiam conceber livros e folhetos. Assim foi com as *Trovas Mineiras*, do padre Silvério do Paraupeba em 1824, e com uma obra de um dos inconfidentes mineiros, em 1842. O poema *Villa Rica*, de Cláudio Manuel da Costa, ganhou sua primeira versão integral impressa “na mesma cidade a que era dedicada”²⁰. Entretanto, o principal fruto dos prelos continuou sendo o periódico.

Era sob a órbita do jornal que girava a vida de uma tipografia. *Tipografia do Universal*, *Tipografia do Telégrafo*, *Tipografia do Astro*.. Enfim, não é sem motivos que a maioria delas recebeu o nome do periódico que publicava. A função primordial da oficina tipográfica era produzir as armas para o combate na arena política. Foi, de fato, uma guerra que se processou naqueles anos. Um verdadeiro combate de idéias. Contudo, o jornal deveria percorrer um caminho longo até se fazer presente entre os interlocutores dessa luta.

Como dito, o jornal vinha a lume, na maioria dos casos, duas vezes por semana, exceto “Domingos e dias santos de guarda”. O *Astro de Minas*, de São João Del Rei (MG), já tinha uma periodicidade maior, “saindo às terças, quintas e sábados”²¹. A questão do tempo da notícia, tão acalentada pelos meios midiáticos atuais, não era posta nos idos das Regências. De acordo com Isabel Lustosa, o impresso não trazia a notícia, ele pretendia *produzir* o evento: “O jornalista defronte da escrivania apontava sua pena de pato e pensava na reação de quem iria ler as linhas que lançaria sobre o papel”²². O jornal possuía uma retórica que levaria à ação de fato. Sua função era “ilustrar” e não meramente “noticiar”. Por isso, a questão da periodicidade levanta traço específico das folhas daquele período. O espaço entre um número e outro representava o tempo de discussão e assimilação do conteúdo impresso. Os jornalistas mantinham uma relação distinta com os leitores, expressa nas correspondências que enviavam à redação.

¹⁷ APM/PP ¹ ₅₄ Cx. 03 Doc. 13 de 13/12/1825.

¹⁸ APM/CMOP ² ₂ Cx. 01. Editais da CMOP.

¹⁹ APM/CGP ¹ ₁ Cx. 07 Doc. 18 de 06/02/1833.

²⁰ UNIVERSAL (O), Ouro Preto, 16 FEV 1842.

²¹ ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 20 NOV 1828.

²² LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

A venda ocorria em locais determinados pelo próprio periódico. Poderiam ser comprados no próprio local de impressão, como *O Universal*, cujas “folhas avulsas [vendiam-se] a 80 réis na mesma Tipografia”²³. Algumas folhas utilizaram espaços consolidados de comércio, como lojas, tabernas e boticas. Esse é o caso do *Vigilante*, jornal da Sociedade Pacificadora de Sabará (MG), vendido, em janeiro de 1833, na “loja do Sr. Francisco Xavier Barboza”²⁴. Contudo, por motivos que desconhecemos, esse periódico não mantinha uma fidelidade aos seus postos de venda. No espaço de um ano, a Sociedade Pacificadora mudou sete vezes de vendedor até resolver vender seu jornal na própria tipografia²⁵.

Outros periódicos tinham como ponto de venda as casas de particulares, possivelmente partidários do mesmo credo político. A *Opinião Campanhense* era encontrada na casa de Bernardo Jacinto da Veiga, em Campanha (MG). Além disso, ela poderia ser requerida em outras localidades. Subscreviam-se

para esta folha nas Casas dos Srs. João Pedro da Veiga e C., no Rio de Janeiro, Manoel Soares do Couto no Ouro Preto, Martiniano Severo de Barros e C. em São João d’El Rei, Francisco de Paula Pereira e Mello em Pouso Alegre, Joaquim Antônio Alves Alvim em S. Paulo, Antônio Clemente dos Santos em Guaratinguetá.²⁶

A *Opinião Campanhense* indica-nos uma pequena rede dos correspondentes e possíveis correligionários. Eram homens envolvidos diretamente com a vida política, acostumados aos debates nas tribunas. A imprensa constituía-se em espaço para uma “troca de falas”. Havia um universo relacional em torno do impresso. Percebe-se um sentido de divulgação e discussão do pensamento político. Por meio dos anúncios de subscrição dos jornais, podemos visualizar uma rede de comunicação em Minas Gerais. É possível percorrermos, em parte, os caminhos do impresso e localizá-lo no debate político.

O periódico, para chegar aos leitores, percorria um caminho tortuoso. Da Administração dos Correios até o destinatário, o jornal estava exposto às inconstâncias dos caminhos de Minas. De Ouro Preto até a Corte, a correspondência poderia gastar duas semanas ou mais. Tudo isso dependia das condições das estradas, sobretudo no tempo das chuvas, com as trilhas inutilizadas e os rios transbordando. Porém, o que nos interessa agora é o periódico sendo lido em seu destino. Os jornais poderiam ser assinados e remetidos pelo correio. Francisco de Assis Azevedo assinava, no Ouro Preto, folhas para seu amigo Joaquim Pereira de Queiroz, da cidade do Serro (MG). Francisco subscrevia vários periódicos da

²³ UNIVERSAL (O), Ouro Preto, 16 JUL 1827.

²⁴ VIGILANTE, Sabará, 2 JAN 1833

²⁵ VIGILANTE, Sabará, 2 JAN 1833 – 26 JUL 1834.

Província e alguns da Corte, como *O Universal*, o *Astro de Minas* e a *Aurora Fluminense*. Porém, a remessa não ocorria de maneira constante. Em meados de 1828, os jornais não chegavam ao seu destino. Em carta de 9 de julho daquele ano, Francisco de Assis Azevedo explicava ao seu companheiro: “quanto à falta dos Universais não é devido a mim por que tenho ordenado que lá pela Imprensa mesmo os remeta”. O caso não foi solucionado. Após nova reclamação de Joaquim Queiroz, Francisco, em 9 de agosto, respondeu: “já avisei aos da Imprensa para serem pontuais na remessa da folha”²⁷. O caso revela-nos um pouco do que foi a prática da subscrição de jornais. Contudo, ultrapassa a instância material. O contato por intermédio das folhas impressas apertava laços de sociabilidade e, outrossim, favorecia a constituição de uma teia que interligava leitores/ debatedores em toda a Província.

O Universal de 12 de maio de 1841 publicou uma anedota sobre o “Conselho de um pai a um filho que ia viajar”. Um dos aconselhamentos era o seguinte: “Se fordes a botequim, não leias periódico que estiver limpo, que é certo não traz novidades”²⁸. Por esse excerto, podemos visualizar outro local de leitura dos jornais: a taberna. A prática da leitura em tabernas já era bastante conhecida dos mineiros. No século XVIII, conforme Luiz Carlos Villalta, os jornais *Mercure de France* e o *Correio de Londres* foram intensamente lidos nas tabernas e residências de maneira oralizada, sendo a leitura seguida de acalorada discussão²⁹. Robert Darnton, por sua vez, mostra-nos uma instituição européia que realizou papel similar ao das tabernas mineiras: a cafeteria. As cafeterias constituíam lugar privilegiado para a leitura, oferecendo “jornais e revistas e ocasiões sem fim para as discussões políticas”³⁰.

Longe do *glamour* dos Cafés, as tabernas provinciais eram espaços por excelência da leitura e discussão de jornais. Nelas ocorriam contendas vivas, como a relatada por Hermann Burmeister em sua *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Burmeister conta que, na hospedaria em que pousava,

cerca de uma dúzia de jovens vinha fazer suas refeições. Ao que [lhe] pareceu, tratava-se de advogados e comerciantes, e suas palestras giravam sempre em torno das discussões na Câmara do Rio de Janeiro, ou das opiniões dos jornais locais a respeito³¹.

²⁶ OPINIÃO CAMPANHENSE, Campanha, 29 DEZ 1832.

²⁷ APM/Arquivo Privado Luís Antônio Pinto pacote 3 pasta 3.2.

²⁸ UNIVERSAL (O), Ouro Preto, 12 MAIO 1841.

²⁹ VILLALTA, Luiz Carlos. “O que se lê e o que se fala: língua, instrução e leitura”. In: NOVAIS, Fernando (coord.) SOUSA, Laura de Mello e (org.). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano da vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 82.

³⁰ DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 159.

³¹ BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Livraria Martins, 1952, p. 203.

Outro viajante, Robert Walsh, descrevendo o cotidiano do Rio de Janeiro, faz apreciação da leitura das “Correspondências” impressas nos jornais, realizada numa loja local:

Esses libelos constituem a maior parte das publicações literárias do Rio. Ao passar pelas ruas de manhã, depois da distribuição dos jornais, é comum ver-se grupos de vizinhos reunidos numa loja onde um deles, sentado no balcão, lê a folha da Correspondência para os demais. Acontece com frequência ser o acusado um dos membros do grupo, que nunca imagina outra forma de responder à acusação a não ser revidando na mesma moeda³².

O viajante inglês, talvez assustado com a “polidez” de nossos conterrâneos, mostra-nos uma das práticas de leitura daquele tempo: a leitura coletiva. Era essa leitura oralizada que fazia com que os “iletrados” participassem da discussão. Nesse procedimento, o discurso rompia as barreiras do papel, efetivando-se como elemento ativo no processo político. A própria linguagem dos discursos levava em consideração esse público leitor/ouvinte. Nesse sentido, fez-se necessária uma aproximação por parte dos jornalistas a esse público “iletrado”, o que implicou a tomada da oralidade, recorrente no uso de uma linguagem forte e virulenta. Por meio dessa leitura e da oralidade dos discursos, processou-se a inserção da parcela “iletrada” da população na arena política. Essa parte do povo, excluída mesmo nos dias atuais, pôde atuar, mesmo de forma limitada, na definição dos rumos políticos da nação. Por isso, as Regências permanecem, na visão de historiografia Saquarema, como momento de anarquia e revolta. pois, mais do que nunca, os subordinados agiram.

A leitura não era circunscrita ao “lar doméstico” ou aos estabelecimentos comerciais. A praça pública era o local do momento, como bem mostrou o memorialista Francisco de Paula Ferreira de Resende. Nela foi processada a verdadeira fragilização hierárquica que parecia levar o Império, aos olhos de uma elite conservadora, a um “pélago profundo de desordens”. A historiadora Elizabeth Seabra destaca a praça pública como “um dos locais capazes de transformar parcelas significativas de ‘iletrados’ em sujeitos da fala”³³. O poder persuasório do impresso adquiria força avassaladora em sua leitura na praça pública. As proclamações impressas eram pródigas nesse tipo de retórica persuasiva. José Maria Pinto Peixoto, Chefe das Forças Provinciais por ocasião da Sedição de 1833, relata, em suas cartas ao Presidente da Província, o efeito das leituras das Proclamações em seus pedestres. Na correspondência de 1 de maio de 1833, José M. P. Peixoto conta: “V. Excia. não faz idéia do

³² WALSH Robert. *Notícias do Brasil (1828-1829)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1985, p.185

³³ SEABRA, Elizabeth. *A Escrita e a Fala, idéias de monarquia e república nos folhetos e periódicos políticos (1821-1825)*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1999 (Dissertação, Mestrado em História).

descontentamento que causou a tal Proclamação de Manoel Soares Leitão”³⁴. O efeito desanimador da “tal Proclamação” foi tamanho que o “Chefe das Forças” teve dificuldades em contradizê-la e, conseqüentemente, reanimar seu exército. Num outro sentido é a carta de 4 de maio, em que afirma o “efeito terrível” que as proclamações da Regência teriam produzido sobre a tropa se ele, o Chefe, não as tivesse censurado. O conteúdo desses impressos referia-se à mudança de Presidente da Província, o que seria, para o militar, prejudicial aos interesses legalistas³⁵.

A leitura do impresso era carregada de energia, e as apropriações, por parte dos leitores e ouvintes, poderiam ser infinitas. No dia 29 de setembro de 1831, Adolivo Julião Alexandre Cardozo leu, no arraial de São Joaquim, “uma folha do *Astro* nº 594”. Adolivo Cardozo compreendeu que o jornal afirmava a volta do ex-imperador, D. Pedro I, ao trono do Brasil. Conforme o relato do Juiz de Paz, que estava presente no momento da leitura do referido *Astro de Minas*, o pronunciamento de Adolivo “influiu isto por uma tal maneira que ainda demais alguns cinco acreditaram, foi tal o excesso que me obrigou a ir a casa daquele dito Cardozo para conter a ordem”³⁶. Esse fato apresenta uma “apropriação inventiva do texto”. Adolivo reconstruiu o discurso do jornal à sua maneira, levando parte dos ouvintes a agirem conforme o tom por ele empregado.

O exemplo ocorrido no arraial de São Joaquim aponta para uma apreensão do impresso de maneira distinta. Conforme Roger Chartier, “a leitura não é somente uma operação abstrata de inteligência; ela é engajamento do corpo, inscrição num espaço, relação consigo e com os outros”³⁷. Por intermédio da gestualidade e de sua relação com o público ouvinte, Adolivo Julião conseguiu convencer os demais de sua interpretação do jornal, promovendo um “tal excesso” que agitou o pequeno arraial. Devemos lembrar que a leitura não é a mesma de sempre. Quando as personagens das Regências encarnam o periódico como local de debates, elas pressupõem esse engajamento do leitor. É uma prática da leitura diferenciada que promove a interação entre os debatedores e permite, assim, construir um espaço verdadeiramente comum.

Subscrevia-se para o *Novo Argos* em Ouro Preto

em casa do Sr. Patrício Pereira Campos a 800 rs por trimestre; em Tejuco na Tipografia do Eco; em S. João na do Astro, em Pouso Alegre na do Pregoeiro

³⁴ APM/PP¹₃₇ Cx. 02 Doc. 01 de 01/05/1833.

³⁵ APM/PP¹₃₇ Cx. 02 Doc. 01 de 04/05/1833

³⁶ Documentos da Sedição Militar de 1833. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XVIII, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1913, pp. 181-182.

³⁷ CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999, p. 16.

Constitucional, e na Campanha em Casa do Sr. Ignacio Gomes Midões. Uma folha avulsa custa 80 rs., sairá uma vez por semana. As correspondências serão dirigidas, porte pago, à Tipografia do Universal³⁸.

O *Novo Argos* mantinha uma considerável rede de comunicação que interligava Tejuco (atual Diamantina), São João Del Rei, Pouso Alegre, Campanha e Ouro Preto, além dos correspondentes nos mais diversos lugarejos da Província. As pessoas aí envolvidas estabeleceram e mantiveram um espaço propício ao debate. Dessa forma, o ideário liberal se recriava a cada leitura, seja ela silenciosa e introspectiva ou gestual e oralizada. Isso contribuiu para a conservação da esfera da política, pois ela somente existe quando estamos na companhia dos outros. Como nos ensina Hannah Arendt, “sem um âmbito público politicamente assegurado, falta à liberdade o espaço concreto onde aparecer³⁹. Nesse sentido, o redator da *Estrella Marianense* pedia a seus colegas para que “continu[ass]em com o mesmo fervor a defender seus direitos, a pugnar pela liberdade único bem que devemos ambicionar, e pela qual são poucos todos os sacrifícios⁴⁰. Ele sabia que a liberdade necessitava da conservação do espaço criado para a sua própria ação. Ainda em conformidade com o pensamento arendtiano, “o poder só existe enquanto os atores continuam reafirmando a sua intenção de agirem juntos⁴¹. Esse poder é, em efeito, constituído através da troca de falas realizada entre os participantes do colóquio. Posto isso, quando os periódicos firmavam trocas entre si, em verdade, estavam constituindo um poder e, simultaneamente, fortaleciam o espaço público na Província de Minas Gerais.

Após a Maioridade, aquela imprensa do Primeiro Reinado e das Regências deixou, pouco a pouco, o palco imperial. Em seu lugar, tomava corpo uma “imprensa industrial”. Para atender à demanda de um crescente público leitor, impulsionaram-se a criação e o melhoramento das técnicas de impressão. Medidas como a fabricação de prelos a vapor e a obtenção de papel de fibras de celulose em substituição ao papel de trapos, vieram a atender necessidade de produção cada vez mais veloz. Era a modernidade que desembarcava no universo das prensas. O mundo dos tórculos de madeira estava acabando e, com ele, uma prática de leitura chegava ao fim.

³⁸ NOVO ARGOS, Ouro Preto, 6 OUT 1830.

³⁹ ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 4. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997, p. 195.

⁴⁰ ESTRELLA MARIANENSE, Mariana (MG), 14 NOV 1832.

⁴¹ DRUCKER, Claudia. “O destino da tradição revolucionária: auto-incompreensão ou impossibilidade ontológica?” In: BIGNOTTO, Newton. *Hannah Arendt: Diálogos, Reflexões, Memórias*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p. 204.

Referências bibliográficas

Documentação manuscrita

APM/Arquivo Privado Luís Antônio Pinto pacote 3 pasta 3.2.

APM/CGP ¹ ₁ Cx. 07 Doc. 18 de 06/02/1833.

APM/CMOP ² ₂ Cx. 01.

APM PP ¹ ₃₇ Cx. 02 Doc. 01 de 04/05/1833

APM/PP ¹ ₃₇ Cx. 02 Doc. 01 de 01/05/1833.

APM/PP ¹ ₅₄ Cx. 03 Doc. 13 de 13/12/1825.

Representação à Junta do Governo Provisório da Província de Minas Gerais enviada pelos Capitães de Ordenanças – APM/JGP ¹ ₇ Cx. 04 Doc. 20 de 04/02/1823.

Documentação impressa

ASTRO DE MINAS, São João Del Rei, 20 NOV 1828.

ESTRELLA MARIANENSE, Mariana (MG), 14 NOV 1832.

NOVO ARGOS, Ouro Preto, 6 OUT 1830.

OPINIÃO CAMPANHENSE, Campanha, 29 DEZ 1832.

UNIVERSAL (O), Ouro Preto, 16 JUL 1827, 16 FEV 1836, 20 FEV 1836, 12 MAIO 1841, 6 JAN 1842, 16 FEV 1842.

VIGILANTE, Sabará, 2 JAN 1833 – 26 JUL 1834.

Documentos da Sedição Militar de 1833. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XVIII, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1913, pp. 181-182.

Bibliografia

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 4. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Livraria Martins, 1952.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- DRUCKER, Claudia. “O destino da tradição revolucionária: auto-incompreensão ou impossibilidade ontológica?” In: BIGNOTTO, Newton. *Hannah Arendt: Diálogos, Reflexões, Memórias*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, pp. 196-214 .
- FRIEIRO, Eduardo. *O Diabo na Livraria do Cônego*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1957.
- LEFORT, Claude. *Pensando o político*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999.
- RESENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.
- SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*. 4. ed. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Ed. Universidade de São Paulo.
- SEABRA, Elizabeth. *A Escrita e a Fala, idéias de monarquia e república nos folhetos e periódicos políticos (1821-1825)*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1999 (Dissertação, Mestrado em História).
- SENNA, Nelson Coelho de. “Traços Biográficos de Serranos Ilustres”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano X. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, pp. 167-210, 1905.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- VEIGA, José Pedro Xavier da. *A Imprensa em Minas Geraes (1807-1897)*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1898.
- VILLALTA, Luiz Carlos. “O que se lê e o que se fala: língua, instrução e leitura”. In: NOVAIS, Fernando (coord.) SOUSA, Laura de Mello e (org.). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano da vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- WALSH Robert. *Notícias do Brasil (1828-1829)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1985.